

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 16
de 28 - 09 - 2024

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
<u>Barbara Lima a)</u>	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria José Rodrigues Dias	P	Estrela Rodrigues c)	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	Manuel Fernando Esteves d)	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	F
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Márcio Alves b)	P	Ricardo Jorge Alves	F
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	F
Tiago José Baleixo Lourenço	P	José Manuel Fernandes e)	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda C. P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco J. da C. e Silva Reis Lima	P		
Ariana A. Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Catarina Aurora Rodrigues Mira
- b) Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas
- c) Substitui Amado Dias
- d) Substitui José da Ascensão Afonso
- e) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira

Baibau
Uma

Quando eram dez horas, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à sessão.

Após a verificação da presença dos Deputados e Presidentes de Junta, pela primeira secretária da mesa, a Presidente da Assembleia propôs dois votos de pesar: um pelo falecimento recente de quatro jovens melgacenses, vítimas de um acidente de viação que ocorreu em Lamas de Mouro, e outro pelas vítimas do incêndio na Madeira.

A bancada do PSD apresentou igualmente um voto de pesar pelas vítimas do acidente de Lamas de Mouro, tendo-se associado à nota de pesar sobre os incêndios na Madeira. As propostas, que seguem em anexo a esta ata, foram aprovadas por unanimidade, guardando-se um minuto de silêncio pelas pessoas a homenagear. A Mesa fará chegar essa homenagem aos familiares dos referidos cidadãos.

Posteriormente, a senhora Presidente da Mesa colocou a ata de vinte e dois de junho a discussão e, não havendo pedidos de intervenção passou, de seguida, à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis abstenções por não terem estado presentes nessa reunião.

Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
---------------------	---

Aberto este período de “antes da ordem do dia” pela Presidente da Mesa da Assembleia, solicitaram da palavra os deputados: Tiago Lourenço, Paulo Cerdeira, Diogo Castro, Manuel Rodrigues, Pedro Silva, José Albano Domingues, Joaquim Silva e Manuel Luís Gonçalves.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Tiago Lourenço, que começou por cumprimentar a mesa na pessoa da sua Presidente, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e senhores deputados, os Presidentes das Juntas de Freguesia e o público presente.

Barbara
Lima

Finot

Nesta sua intervenção falou das recentes atividades desportivas no nosso concelho, pois o desporto promove a saúde e o bem-estar e, para além disso, projeta Melgaço no mapa nacional e internacional. Atletas de diversas modalidades e clubes tem optado pelo Centro de Estágios de Melgaço para os seus treinos e preparações, aproveitando todas as suas valências para intensificar a sua preparação física. Destacou alguns dos clubes que recentemente escolheram Melgaço para os seus estágios, entre eles: o Rio Ave Futebol Clube, a equipa feminina do Real Club Deportivo da Coruña, o Grupo Desportivo de Árvore, a Academia de Formação de Futsal do Santa Luzia, que trouxe 44 atletas, o Arsenal Club da Maia, também de futsal, a União Desportiva São Veríssimo, o Elvas e, por fim, o Ermesinde Clube de Karaté, que trouxe 20 atletas para estas instalações.

Salientou a presença da atleta francesa Alice Finot, que voltou a escolher a pista do Centro de Estágios para o seu treino de preparação para os Jogos Olímpicos. Na prova de 3 mil metros de obstáculos conseguiu o quarto lugar, batendo o recorde europeu. O sucesso da atleta olímpica e a escolha contínua de Melgaço por parte de vários clubes e atletas são testemunhos não só da qualidade das nossas infraestruturas e da aposta do município na área do desporto, mas também garantem que Melgaço permaneça um destino de eleição para o treino e desenvolvimento desportivo.

Realçou, ainda, as Olimpíadas Intergeracionais, onde 30 atletas seniores Melgacenses participaram e conseguiram bons resultados. São um exemplo brilhante de como o desporto pode unir gerações e promover a saúde em todas as idades.

Outro evento que referiu foi o “Monção e Melgaço Granfondo”, já conhecido de todos, que reuniu cerca de 1.100 atletas.

Finalizou com a 2ª edição do “Termas de Melgaço Classic Festival”, um evento que contou com cerca de 200 veículos em exposição, dos quais 140 foram participantes nas várias provas. Este evento mostrou um crescimento em relação à edição anterior e uma das novidades deste ano foi a introdução de uma prova noturna. Disse que esta evolução não seria possível sem o apoio fundamental do Município de Melgaço.

Como membro da associação organizadora expressou um agradecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ao Vice-Presidente do Município pela sua

Boa tarde
a todos



presença e apoio.

Terminada a sua intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal reiterou o seu agradecimento pelo convite e deu os parabéns pela excelente organização do evento.

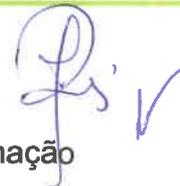
Seguidamente, usou da palavra o deputado Paulo Cerdeira. Cumprimentou a Presidente da Assembleia e nela toda a sua equipa, o Presidente da Câmara e vereadores e todos os deputados. Começou por deixar um apontamento sobre a entronização da confraria do Alvarinho, que teve lugar no fim de semana passado. O evento foi um sucesso. Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara por todo o apoio prestado, assim como à sua equipa. Também deixou uma palavra de agradecimento ao Grão Mestre, Vítor Cardadeiro, e à sua equipa pela dinâmica e pela capacidade de liderar uma instituição que está a fazer um excelente trabalho de promoção do nosso território, tendo o vinho Alvarinho como porta estandarte. Foram várias as confrarias presentes, assim como figuras de destaque, como exemplo o Senhor Ministro da Agricultura.

Proferiu também uma palavra sobre as vindimas, um tema incontornável nesta altura do ano, ou seja, a verdadeira reentré do nosso concelho, onde grande parte da população acaba por estar envolvida. Disse, muito resumidamente, que já tinham saudades de uma colheita assim, em qualidade e quantidade. Em primeiro lugar, felicitou os agricultores pela excelência da produção. Em segundo, os produtores por continuarem a manter os preços por kg da uva, onde a média ronda 1.35€. Assim, continuam a dar um sinal de que vale a pena produzir uvas de qualidade.

Contudo, deixou um alerta: o setor começa a apresentar sinais de dificuldade, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Por fim, deixou um apontamento sobre o “Melgaço em Festa”. Foi mais um grande momento na nossa terra, onde tivemos um programa variado. Destacou o sucesso do cortejo, que envolveu as várias freguesias. Este tem um enorme potencial de crescimento, envolve os nossos habitantes e todos sabemos o quanto é difícil motivar as pessoas a participarem. Parabenizou os senhores Presidentes da Juntas, pois o mérito também é deles. Destacou, ainda, para além da Festa Castreja e o dia do Brandeiro, dois eventos na montanha que ajudam a levar a festa até eles,

Barbara
cristina



a Festa do Emigrante, o Mercado Medieval, os espetáculos variados e a animação de rua.

Para finalizar, deixou uma palavra aos nossos empresários da noite que contribuíram para uma maior dinâmica, com vários *sunsets*.

O deputado Diogo Castro usou da palavra para falar do Festival de Cinema de Melgaço. Partilhou que teve oportunidade de participar no festival enquanto Presidente da Junta, uma vez que Alvaredo foi escolhido para trabalhar no âmbito de recolha de fotografias. Fizeram essa recolha pela porta das pessoas, juntando mais de duas mil fotografias, e resultou numa apresentação na associação “A Batela”, onde juntaram as pessoas da freguesia, bastante satisfeitas com o trabalho desenvolvido. Depois, dirigiram-se para a capela de São Brás, onde foram escolhidas pessoas que falaram do álbum de fotografias da família e aprofundaram o tema.

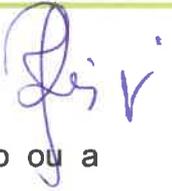
Contou que foi um momento bonito que juntou mais de cento e cinquenta pessoas e percebeu-se agora que os melgacenses começam a dar importância ao que está a ser feito em Melgaço, em termos culturais. Adiantou que no próximo ano o trabalho continuará e irá resultar num livro. Viram pessoas que já não estão entre eles, recordaram momentos que nem ele tem memória, mas que o seu avô e os mais velhos lhe falavam. Agora, através das fotografias, os mais novos conseguem perceber a dinâmica da freguesia. Agradeceu a oportunidade e parabenizou o senhor Presidente da Câmara pelo Festival de Cinema de Melgaço.

Usou de seguida a palavra o deputado Manuel Rodrigues cumprimentando a mesa na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, o executivo, à Técnica Sandra Pires, todas as deputadas e deputados e o público em geral.

Principiou a sua intervenção dizendo que em 2023, as piscinas municipais foram objeto de inauguração depois de uma significativa renovação, com a expectativa de oferecer um espaço seguro e agradável para os cidadãos. Lembrou que na assembleia seguinte à inauguração, em junho de 2023, levantou algumas dúvidas relativamente à qualidade da execução da obra. Nessa altura, foi referido pelo senhor Presidente da Câmara, perante esta assembleia, que tanto a empresa como a execução dos trabalhos eram de excelência, inclusive que a empresa era extremamente colaborante.

Soube agora que o Município se prepara para executar a caução prestada pela

Barbara
cunha



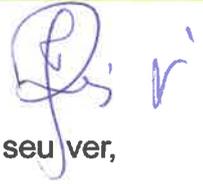
empresa, sendo que, quando tal acontece é porque existe incumprimento ou a qualidade dos trabalhos realizados não foi boa e a empresa se recusa a corrigir. Ao proceder à execução da caução de aproximadamente 114 mil euros, pelo município, levanta sérias preocupações sobre a qualidade dos trabalhos realizados e a gestão do projeto. A execução da caução indica falhas substanciais nos serviços prestados pela empresa contratada, assim como da parte da fiscalização.

Posto isto, questionou o Senhor Presidente sobre a que se deve a execução da caução. Se será por materiais de baixa qualidade, mau acabamento, defeitos ou por incumprimento de prazos. Mais interrogou, se os problemas não resolvidos poderiam representar riscos à saúde e à segurança dos usuários e se existiu uma fiscalização da obra eficiente, pois certamente que não. Acrescentou que é necessário estabelecer processos mais transparentes e criteriosos na seleção de empresas para garantir a qualidade dos serviços e espera que o valor da caução cubra as despesas das correções a efetuar.

Outro tema que abordou prende-se com o Centro de Estágios. Questionou se dos 38 funcionários que há no Centro de Estágios, não haveria um que se disponibilizasse para limpar as cadeiras do estádio, pelo menos de três em três meses. Constatou que as cadeiras estão num estado impróprio, cheias de terra e dejetos de pássaros e as pessoas que nos visitam gostariam de ter comodidade, uma vez que pagam o seu bilhete, sem terem que pegar numa folha de jornal para limparem elas próprias as cadeiras.

Logo depois, tomou palavra o deputado Pedro Silva. Depois de ter cumprimentado toda a Assembleia Municipal, comunicou que vai intervir como deputado, mas também como participante no Granfondo. Na sua opinião correu bem e teve uma boa organização, mas há dois pontos que carecem de atenção: em primeiro lugar, referiu que a opção de fazer o percurso por Espanha foi uma opção engraçada, mas do que reparou a nível de policiamento, em Espanha não tinham o nível de policiamento que tinham, em anos anteriores, em Portugal. Não aconteceu nada de mal, mas às vezes as coisas podem não correr tão bem. Reconheceu que coordenar as entidades espanholas não é tão fácil como coordenar as entidades portuguesas.

Em segundo lugar, mencionou o *kit* entregue aos participantes. Até há dois

Barbosa
Lima

anos, o *kit* contemplava um *jersey* e, entretanto, este já não foi oferecido. A seu ver, a oferta do *jersey* era um bom instrumento publicitário pois, aos domingos, costuma ver praticantes da modalidade com a camisola de Melgaço, ou seja, o efeito da prova perdurava durante o ano. Não sabe se foi uma decisão concertada entre os municípios e pediu esclarecimentos sobre esse assunto.

No seguimento do pedido para uso da palavra, o deputado José Albano Esteves Domingues começou por apresentar cumprimentos à senhora Presidente e demais membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara e Vereadores, às técnicas e colaboradores do Município e ao público presente. Deu nota, de seguida, que trazia para discussão três assuntos, ligados aos setores do ambiente e qualidade de vida, à saúde e aos transportes escolares.

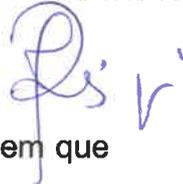
Entrando concretamente no primeiro dos temas, focou as queixas recorrentes no que concerne ao ruído produzido pelo Bar da Alameda e por alguns eventos realizados no Campo da Feira e ao redor das muralhas do Castelo. Afirmou que é um facto o de que existem eventos cuja realização se afigura de grande importância para o nosso concelho, como é o caso da Feira do Alvarinho e dos Produtos Locais e a Festa do Espumante, e que, por essa razão, assim como por se tratar de realizações pontuais, justificam algum sacrifício que seja imposto a todos quantos habitam nas imediações, mas já não podendo concordar que fora dessas realizações, aos fins-de-semana, quase sem exceção, e por vezes também durante os dias da semana, se assista à produção de música a altos decibéis, pela noite dentro, de madrugada ou até de manhã cedo, infernizando a vida dos moradores das redondezas, mas não só, pois que importa ter presente que nas proximidades existe o Centro de Saúde e uma Unidade de Cuidados Continuados. Disse que este ano tudo foi agravado, segundo os moradores, com a realização, numa tenda implantada no Campo da Feira, durante três noites seguidas, por ocasião das Festas da Cultura, de uma iniciativa musical, com DJ,s, até às 08:00 horas da manhã, e mais recentemente com a realização da noite branca, com queima de fogo, segundo lhe asseguraram, até às 04:00 horas da manhã. Prosseguiu dizendo que importa ter presente que estamos a falar de uma ofensa clara ao direito à saúde, ao descanso e à qualidade de vida dos nossos concidadãos, que há pessoas que tem de se levantar às seis e sete horas da manhã para enfrentarem um dia de trabalho, sem que tenham conseguido pregar olho durante toda a noite, e de que também por ali

Barbosa
Uma

Pir

moram pessoas idosas, doentes, ou com dificuldades em conciliar o sono. Pediu que não os venham acusar de estarem contra o empreendedorismo, o comércio ou os espaços de diversão para os mais jovens, defendendo que tudo tem um tempo e uma forma e que tudo é compatível quando há juízo e bom senso, acrescentando que se tais espaços poderão funcionar, naquele registo de som, até às duas ou às três horas da manhã, poderão os clientes depois dessa hora procurar outros espaços de diversão noturna, como *pubs* ou discotecas, certamente melhor apetrechados em termos de isolamento acústico e fora das áreas residenciais. Defendeu que é também perfeitamente possível dosear o nível do som ou ruído de forma a que se permita que as pessoas possam dormir e descansar, que nestes casos importa compatibilizar os direitos de personalidade, o direito ao descanso, à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida, com os direitos de iniciativa privada e ao exercício da atividade económica, mas que na impossibilidade de se compatibilizarem uns e outros os últimos terão necessariamente de ceder. Afirmou que os moradores não podem é ser compelidos a ter de abandonar as suas casas, os seus lares, e a procurar outras paragens, por vezes até fora do concelho, em ordem a poderem descansar. Frisou que para o senhor deputado uma coisa é passar música até às duas ou três horas da manhã e outra, bem distinta, é se tal acontecer até às sete ou oito horas, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que haja respeito pelas pessoas. No particular caso do Bar da Alameda referiu ainda que se está a falar de uma infraestrutura que pertence ao Município, que a Câmara Municipal reconstruiu ou reabilitou, com o dinheiro dos contribuintes, e que foi entregue novinha em folha a quem a explora, lembrando que aquando das realizações da Feira do Alvarinho e da Festa do Espumante é pelo concessionário do bar montada uma tenda que ocupa todo o espaço existente entre o edifício e o muro em frente, num espaço público e estritamente necessário para a circulação pedonal, lembrando que quem quiser transitar por aí não tem outra via que não seja a de aceder ao interior da tenda, passando por ela, mas para isso tendo de pagar entrada, o que se lhe afigura perfeitamente inadmissível e até chocante, defendendo que os espaços públicos não podem ser simplesmente apropriados, ou apropriáveis, para estes efeitos, por particulares. Relembrou que em desespero de causa alguns moradores já contactaram a autoridade policial local, já se deslocaram de madrugada aos espaços propriamente ditos para reclamar, já fizeram um abaixo-

Bábara
Lima



assinado, e já se reuniram, inclusive, com o senhor presidente da Câmara, sem que até agora nada tenha mudado. Questionou se não é a Câmara Municipal que passa as autorizações para a realização dos eventos, e as licenças para a produção de ruído ou queima de fogo, se existem, no concelho, comerciantes de primeira, a quem tudo é permitido, e comerciantes de segunda ou de terceira, a quem é imposto o cumprimento de horários e de limites no ruído, e se sendo o Bar da Alameda do Município de Melgaço, não havendo respeito pelas pessoas e o cumprimento das normas e regras não seria de ponderar a reversão da concessão da exploração. Em conclusão, e por estar a falar de espaços públicos, sugeriu que a aplicação dos regulamentos municipais quanto à ocupação da via pública fosse feita a todos e não apenas a alguns, exemplificando com a colocação de infraestruturas sobre os passeios, com uma altura de 1,79 metros ou menos, levando a que quem sob elas passe acabe, atenta a falta de altura, por embater nos ferros que compõem a cobertura, referindo que esta será certamente uma situação isolada, mas para um qualquer peão, que não dispõe de outro espaço para circular na via pública, perfeitamente inconcebível.

No segundo ponto que disse pretender focar, relacionado com o direito à saúde, o deputado José Albano Domingues começou por lembrar que a Assembleia Municipal o tem escutado, recorrentemente, a falar da saúde no concelho, com particular ênfase para o atendimento na receção do Centro de Saúde, para a falta de médicos de família e para a demora na obtenção de uma simples consulta, de receituário para medicamentos ou de credenciais para a realização de exames de diagnóstico, acrescentando que os deputados da bancada do Partido Social Democrata encaram a saúde como um bem maior. Prosseguiu dizendo que mesmo não sendo a gestão do Centro de Saúde da competência direta da Câmara Municipal muito se pode fazer junto das instâncias competentes, até porque, como lembrou, o serviço nacional de saúde tem, de acordo com o que dispõe o artigo 64º, nº 4, da Constituição da República portuguesa, gestão descentralizada e participada. Referiu que para que se tome devida nota das necessidades e reivindicações das populações importa que tenhamos, em sede própria, quem nos represente, pois sem essa representação não nos conseguiremos fazer ouvir. Deu nota de que no Conselho de Administração da ULSAM (Unidade Local de Saúde do Alto Minho), que tem seis membros, existe um lugar, de vogal executivo, para o

Barbara Lima



representante dos dez Municípios do distrito de Viana do Castelo, o qual é nomeado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, e que é, na verdade, o representante do povo, de todos nós. Mais referiu terem conhecimento de que estamos, pelo menos desde há cerca de um ano a esta parte, sem ninguém a representar-nos no referido Conselho de Administração da ULSAM, e tal porque a CIM do Alto Minho, de cujo Conselho Intermunicipal o senhor Presidente da Câmara de Melgaço também é presidente, em novembro de 2023 indicou ao presidente do órgão executivo do SNS um nome que foi vetado pela CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), e porque em vez de, nesse seguimento, se ter apresentado um novo nome, em inícios de fevereiro do corrente ano de 2024 se voltou a insistir com o mesmo. Informou estar a falar de Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão, licenciado em direito, que desde 2022 foi chefe de gabinete do secretário de estado do orçamento no último Governo PS, e que, segundo a comissão de avaliação não percebe nada de saúde, razão pela qual foi chumbado. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara o senhor deputado frisou que, não obstante para eles incompreensível, não lhes interessa quais os critérios que subjazeram à escolha do licenciado em direito Tiago Saleiro para ocupar o lugar de membro do CA da ULSAM, nem tão pouco o porquê de, após chumbado pela CReSAP, terem decidido voltar a indicá-lo, realçando que o que os deputados do PSD querem é que haja representantes nossos naqueles que são os centros de decisão, dizendo que na administração da ULSAM não o temos, e que depois não estranha que não sejamos ouvidos quando precisamos de cuidados de saúde e de quem os preste.

Num terceiro, e último, tema que quis abordar, relacionado com os transportes escolares, referiu que o senhor Presidente da Câmara já havia verbalizado estar cansado de os ouvir esgrimir argumentos no que concerne aos contratos Interadministrativos no âmbito dos Transportes Escolares, celebrados com as Juntas da Freguesia de São Paio e da União das Freguesias de Chaviães e Paços, assunto que ano após ano vem à assembleia. Prosseguiu lembrando que tem defendido que não está em causa a educação, enquanto pilar fundamental da Constituição, da Sociedade e de um Estado de Direito, nem a necessidade de garantir o facultamento de transporte a crianças em idade e frequência escolar, e nem tão pouco a necessidade de incrementar as fontes de financiamento do plano de atividades das

Bárbara
Lima



Juntas de Freguesias, estando antes em causa a colocação, em paridade ou igualdade de condições, das Juntas e dos privados que trabalham a área dos transportes, em ordem a poderem concorrer aos ditos circuitos de transportes, assim como a habilitação, vocação e apetrechamento de profissionais do ramo, e de veículos que garantam o conforto e a segurança das crianças que nas viaturas são transportadas. Acrescentou que às preocupações que tem expressado o senhor Presidente tem respondido afirmando que os veículos usados nesses transportes estão licenciados e dão todas as garantias a esse nível, do necessário conforto, comodidade e segurança. Referiu, seguidamente, que as viaturas de nove lugares a licenciar para transporte escolar não podem ter mais de quinze anos, ocorrendo que a carrinha da Junta de Freguesia de São Paio, usada nos transportes que lhe são contratados pela Câmara Municipal, completou os dezasseis anos já em janeiro deste ano, em função do que, e pedindo que o corrijam se estiver errado, temos desde janeiro de 2024 e até hoje um circuito de transportes escolares a ser efetuado na mais completa ilegalidade. Terminou perguntando se a Câmara a que o senhor Presidente preside é tão exigente com os privados nesta matéria (frisando que concorda que se seja exigente, tendo em conta o que está em jogo, e que se cumpra a lei) porque especial razão neste concreto caso de São Paio assim não é.

De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Joaquim Silva. Este referiu que, mais uma vez, no concelho de Melgaço, o ano letivo iniciou-se com normalidade, fruto do excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela autarquia em conjunto com toda a comunidade escolar: professores, auxiliares, encarregados de educação e alunos. Melgaço é um concelho que se pode orgulhar de possuir todos os graus de ensino, desde o Pré-Escolar até ao Ensino Superior, passando pelo Ensino Profissional e também pelo Ensino Especial, o que faz com que no presente ano letivo o concelho tenha um total de 1.214 alunos.

Ao nível do pré-escolar a cobertura é assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Melgaço e pelo Agrupamento de Escolas de Melgaço, através dos Centros Escolares da Vila e de Pomares, num total de 102 crianças. No 1º ciclo a cobertura é assegurada pelo Agrupamento de Escolas de Melgaço, através dos Centros Escolares da Vila e de Pomares num total de 168 crianças.

3ª Sessão
Câmara
P. S. V.

O Agrupamento de Escolas Melgaço, para além dos Centros Escolares da Vila e de Pomares, onde frequentam crianças do nível pré e do 1º Ciclo de Ensino Básico, assegura também a Escola EB 2,3/S de Melgaço, onde são ministrados os 2º e 3º ciclos e ainda o secundário, correspondentes ao ensino público obrigatório, e também dois cursos profissionais, perfazendo um total, em todos estes níveis de ensino, de 407 alunos.

Numa ótica mais profissionalizante, Melgaço tem também a EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior, que disponibiliza, através do seu polo local, formação de nível IV. Este ano letivo nas áreas de Informática, Auxiliar de Saúde, Turismo Ambiental e Rural e Instalação e Gestão de Redes, num total de 34 alunos, alguns provenientes de Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira e S. Tomé e Príncipe.

Melgaço tem ainda Ensino Especial, assegurado no concelho através do Centro de Reabilitação de Prado, estrutura da APPACDM de Melgaço – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com a frequência de 21 utentes.

Finalmente fez referência ao Ensino Superior. Desde 2013 que o nosso concelho tem também oferta relativamente ao ensino superior público, através da Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço - IPVC, com vários níveis de ensino (Curso Técnico Superior Profissional, licenciatura, mestrados e pós-graduações), num total de 502 alunos. De realçar, também, que neste ano letivo entraram para o primeiro ano da licenciatura 80 alunos, sendo de referir que a nota mais baixa de entrada foi de 13,2 valores, o que demonstra que o Curso de Desporto e Lazer tem grande procura.

Por último de referir que este ano letivo entrou também em funcionamento a Residência Universitária de Prado (antiga Escola Primária) e que neste momento também já está aprovada a candidatura para adaptação da Pousada de Juventude para alojamento estudantil, num investimento estimado de 580 mil euros, com previsão de conclusão para o último trimestre de 2025.

Tomou palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves. Endereçou os cumprimentos à mesa na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara e respetivo executivo, os colegas deputados, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e o público presente.

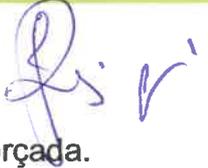
Barbara
Lima

O tema que trouxe prende-se com os investimentos recentes e previstos no setor da distribuição em Melgaço e as suas repercussões para a economia local. No passado mês de agosto, assistimos à inauguração do supermercado Coca no nosso concelho, num investimento privado superior a 2 milhões de euros. Este empreendimento não só aumentou a oferta de supermercados em Melgaço, mas também representou um impulso significativo para a nossa economia local. A abertura do Coca já resultou na criação de mais de 30 postos de trabalho diretos, o que constitui uma oportunidade importante para os nossos munícipes, especialmente no combate ao desemprego e na valorização do nosso tecido laboral. Mas a entrada de um novo hipermercado em Melgaço introduziu um fator essencial para o desenvolvimento de qualquer mercado: a concorrência. Com uma maior variedade de opções para os consumidores melgacenses, aumenta-se o poder de escolha e, com isso, a possibilidade de melhores condições de preço, qualidade e serviço, com evidentes benefícios para o consumidor.

Dirigindo-se ao senhor Presidente, disse que a localização deste supermercado é estratégica, junto ao cruzamento do Monte de Prado, com a proximidade ao Complexo Desportivo, ESDL (Escola Superior de Desporto e Lazer) e à residência universitária, mas este cruzamento tem sido, infelizmente, ao longo dos anos, um ponto de elevada sinistralidade rodoviária. Agora, com o aumento do tráfego para o supermercado Coca, esse risco ficou ainda mais acrescido. Acrescentou que sabemos que o Município não tem poupado esforços junto da IP (Infraestruturas de Portugal) para melhorar as condições de segurança na zona, mas a verdade é que o supermercado abriu e ainda não vemos lá nenhuma rotunda ou outras infraestruturas que permitam uma maior fluidez do trânsito em melhores condições de segurança. Dado o exposto, perguntamos ao senhor Presidente da Câmara: “o que está a ser feito para melhorar a circulação do trânsito na EN202, junto ao supermercado Coca?”

Declarou, também, que sabem que o investimento no concelho não se esgota aqui. Está já previsto o lançamento de mais um grande empreendimento na área da distribuição, por parte de um dos maiores grupos de distribuição do país, junto à entrada da vila: o hipermercado Continente (Grupo Sonae). Realçou, para além do impacto económico, o impacto social positivo que se espera que estes empreendimentos tragam. Com maior oferta de produtos e serviços a preços mais

Barbara
Lima



competitivos. É a qualidade de vida do consumidor melgacense que sairá reforçada. E, em tempos onde o custo de vida é uma preocupação crescente, sobretudo em regiões do interior, é essencial garantir que os nossos munícipes tenham acesso a bens de qualidade a preços justos. A capacidade de Melgaço atrair este tipo de investimento demonstra que o nosso concelho tem as condições necessárias para ser um polo atrativo para novos negócios, o que, sem dúvida, contribuirá para o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Contou que aqui e ali vai ouvindo, no concelho, sobre se este investimento avança ou não avança e, por isso, pediu ao senhor Presidente da Câmara que clarificasse esta questão.

Por fim, trouxe um outro tema que, apesar de ter sido discutido na última sessão da Assembleia Municipal, recentemente voltou a circular nas redes sociais: as alegadas descargas poluentes das Etar's para o Rio Mouro, com contaminação das águas do rio. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que nos desse uma nota sobre este tema.

Após a senhora Presidente da Assembleia lhe ter cedido palavra para esclarecer todas as questões colocadas no período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por cumprimentar toda a Assembleia e informou que o senhor Vereador José Adriano Lima e a senhora Vereadora Fátima Sousa não participarão nesta sessão pois deslocaram-se à Conferência Nacional de Gestão da Água, ProAguas-Autarcas, a decorrer em Aveiro.

Comentando, em primeiro lugar, a intervenção do deputado Tiago Lourenço, disse que quem tantas vezes, nas redes sociais, lê que em Melgaço nada acontece, é importante que o senhor deputado traga notícia daquilo que se vai fazendo de bom, e que nunca é valorizado, em detrimento da valorização de qualquer outro evento realizado noutro concelho, com menos impacto. Incitou a que as pessoas valorizem aquilo que é realizado no concelho. Na área do desporto, construíram aquilo que nenhum município foi capaz de construir. Estes eventos são importantíssimos para a economia local e, muitas vezes, também não são reconhecidos. Mencionou que gostaria de perguntar aos empresários da área da gastronomia e do alojamento, se aquilo que fazem ciclicamente ao longo do ano, como provas desportivas e eventos na área da cultura, se não são relevantes para a

*Barbosa
Uma**Dir*

economia. Em relação aos estágios, a atleta francesa Alice Finot, que concretizou o 4.º lugar na final dos jogos olímpicos dos 3000 metros e atingiu o recorde Europeu, elegeu como local de treino o Centro de Estágios de Melgaço. Também mencionou um conjunto enorme de eventos que foram possíveis de colocar aqui com enorme qualidade. Anunciou que, para dia 12 de outubro, teremos um evento conjunto entre o lado galego e o lado português, que será um evento com enorme qualidade desportiva. Mais acrescentou que, no próximo ano, teremos o Campeonato da Europa de Motobike. Posto isto, questionou se não será de valorizar a capacidade do município em trazer este conjunto de eventos.

Ao deputado Paulo Cerdeira, aproveitou para o felicitar pelo trabalho da confraria e pelo evento grandioso que foi o capítulo de novos confrades e confradeiras, que teve lugar na Câmara Municipal de Melgaço e continuou na fonte das Termas do Peso. O evento teve início na Alameda Inês Negra com um coffee break e seguiu para o acolhimento formal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Inicialmente estava previsto realizar-se este momento no Castelo, contudo foi alterado devido às previsões meteorológicas. Em relação às vindimas, felicitou todas as pessoas ligadas ao setor da vinha, que são tão importantes para o concelho. Informou que este é o setor se conseguiu alavancar como nenhum outro. Parabenizou todos pela produção de uva de muita qualidade. Disse que temos produtos que estão hoje em qualquer parte do mundo porque muitos já os cunharam e que em capas de restaurantes aparecem os nossos alvarinhos e vinhos de Monção-Melgaço. Mas em relação aos vinhos de Melgaço, salientou o grande número de vinhos premiados. Congratulou todos pelo trabalho e espera que em 2025 o negócio seja ótimo para os nossos produtores. Voltando ao mencionado pelo senhor deputado Paulo Cerdeira quanto à dificuldade que o setor começa a atravessar, referiu que tem conhecimento de que há zonas do país onde já se sentem, como é exemplo o Douro. No Douro ninguém compra as uvas e se as compram é por um valor baixíssimo, acontecendo o mesmo Alentejo. Terminou afirmando que a tendência, a nível mundial, é de consumo de vinhos brancos.

Quanto ao festival MDOC salientou que este ano foi a 10ª edição. Posicionamos no mundo da cultura como nenhum outro. Contou que teve, há dias, oportunidade de falar com o Dr. Malheiro, um homem da cultura e academia melgacense que lhe disse que ia muitas vezes ao Brasil e que nem imaginamos o

Barbãas
uins

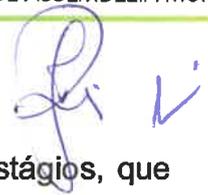


impacto que o festival tem nas universidades brasileiras e noutras a nível internacional. Disse-lhe que quando conhecem alguém que é de Melgaço, dizem “então és da terra do festival”. Já se emanou com outros festivais e ontem teve a oportunidade de estar no festival de Ourense, que está na sua 29ª edição este ano e onde um dos elementos do júri está ligada ao MDOC. O trabalho que se fez em Alvaredo, fez-se também em Parada do Monte, Prado, Castro Laboreiro e tem a ver com uma das dimensões do festival, que tem tido a oportunidade de fazer um trabalho interessante com as populações sobre memórias fotográficas. No próximo ano, o livro vai resumir boa parte deste trabalho e quer o festival, quer nesta atividade, quer noutras ações, tem feito produção de memória e fixação do nosso território que são únicos e ficará para o futuro.

Em resposta ao senhor deputado Manuel Rodrigues, principiou por questionar o mesmo se seria cliente da piscina, e se sim, disse que este teve com certeza a oportunidade de perceber que as piscinas têm qualidade na água, na estrutura e no ambiente, porque se criaram condições técnicas e tecnológicas que estão escondidas, de última geração e que permitem ter piscinas de grande qualidade. A construção e as deficiências da construção são outra coisa. Essas deficiências aconteceram durante a obra e após a inauguração, durante a utilização do espaço, foram detetadas e é preciso fazer correções. Defendeu que tem de acompanhar a par e passo isso, para que dentro do período de garantia a obra seja devidamente finalizada. Tem de se fazer um levantamento exaustivo de pequenas coisas e outras de maior monta para que as piscinas tenham longa vida para serviço das populações de Melgaço e fora de Melgaço, uma vez que 50% do público são espanhóis. Defendeu que não estão a fazer nada mais do que aquilo que lhes compete e fazer isso implica pedir à empresa que repare o que não está bem feito. Esta negou-se a reconhecer os defeitos e a corrigi-los e, por isso, defendeu que o município só tem que resgatar aquilo que é a garantia e fazer as obras necessárias às correções.

Deu nota de que fazem uma seleção criteriosa das empresas. Explicou que fazem o concurso público concorrem várias empresas. Depois, as empresas apresentam um valor e eles aceitam o valor mais baixo. Relativamente ao estádio, referiu que ainda na semana passada falou das cadeiras. Pediu aos senhores deputados que tenham em conta duas situações: o estado das

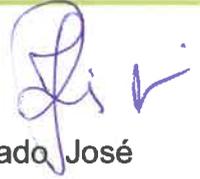
Barbara Lima



mesmas e a limpeza. As cadeiras têm o tempo de vida do Centro de Estágios, que existe desde 2001. A limpeza é feita de forma recorrente e reconheceu terem um problema: apesar de aplicarem algumas tecnologias para tentar afastar as pombas, não têm conseguido fazê-lo. O sistema de ultrassom para afastar as aves não resultou. Os funcionários fazem a limpeza hoje e nada garante que amanhã não estejam sujas algumas cadeiras, pois não conseguem controlar a questão das aves. Contudo, pode pedir aos serviços que se faça uma manutenção mais assídua. No que diz respeito ao estado das cadeiras, querem arranjar uma forma de revitaliza-las sem ter que as mudar. Não podendo, terão de substituí-las, o que acarreta muitos custos pois são 600 cadeiras.

Em relação ao Grandfondo, esclareceu que este é organizado por uma empresa com o apoio dos municípios. Cabe à empresa organizar as entidades de segurança e foi procurado que em Espanha houvesse condições de segurança. Foi a primeira vez que houve a ligação a Espanha e acredita que possa ter havido coisas que não correram tão bem, mas são para ajustar no futuro. A intenção de continuar assim mantém-se. Sustentou que algumas coisas que não tenham corrido bem no trajeto de Espanha têm de ser melhoradas. Quanto aos jerseys, explicou que o município não dá o apoio que dava há 6 anos. Os municípios mantêm o mesmo apoio e quanto às camisolas, o apoio que houve era suplementar. Este ano, os municípios disseram que não estavam disponíveis para o apoio suplementar e, por isso, não houve jerseys. Contudo, podem falar com a organização para verem essa matéria e ver o que se pode resolver para próximas edições.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues, no que concerne ao ruído produzido nas festividades e num determinado espaço, esclareceu que para ele as coisas são claras pois existem regras estabelecidas em regulamento. Se alguém ultrapassar isso, cabe às autoridades competentes resolver a situação. Defendeu que eles não podem ter um discurso de não poder haver ruído, não poder haver festas e, por outro lado, um discurso de “se não há festas, é porque não acontece nada em Melgaço, não há espaços de diversão no município e as pessoas fogem para Monção”. Tem de haver equilíbrio para que não haja esse discurso e depois dizerem que não há oferta para os jovens se divertirem. Aquilo que aconteceu este verão foi uma oferta diversificada e isso reteve os jovens no concelho. Ao Presidente

Baibara
Lima

chegaram-lhe comentários opostos aos que apresentou o senhor deputado José Albano, ou seja, a oferta foi positiva e atrativa para os jovens de Melgaço. Focando na questão do Bar da Alameda, o senhor Presidente da Câmara disse que não ia tecer comentários. A Câmara Municipal tem dois bares concessionados: o Bar da Alameda e o Rio's Bar. Existem regras iguais e dinamismos diferentes num e noutro. As regras têm de ser respeitadas nos dois e não há diferença de tratamento. Acrescentou que, neste momento, não considera necessário reverter a concessão do Bar da Alameda.

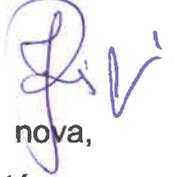
Relativamente ao tema da saúde, quanto à questão da resposta local à falta de médicos, informou que temos duas faltas de médicos para colmatar, dado que uma médica entrou de baixa e outra advém da mobilidade de uma das médicas que integrava a equipa. Tem tido conversas com o Conselho de Administração e disseram-lhe que rapidamente resolverão, pelo menos, uma das situações. A tutela lançou um concurso para médicos no Centro de Saúde e, até hoje, não conseguiu um para vir para Melgaço. É a tal questão delicada de estarmos no interior do país. Disse haver tratamento desigual de classes entre médicos e professores. Estes últimos podem negar-se uma vez para assumirem funções onde ficaram colocados e depois são penalizados, enquanto que os médicos podem negar-se sistematicamente e nada lhes acontece. Quanto à presença do Tiago Saleiro, esclareceu que a CIM, em novembro do ano passado, apresentou, depois de discussão, um nome para o Conselho de Administração e esse nome não tem efetivamente o parecer favorável da CRESAP. Não quis tecer comentários sobre a qualidade da pessoa, uma vez que a mesma tem enorme qualidade naquilo que faz e o facto de não ter formação na área da saúde é contornável. Acontece por todo o país e para isso estão os outros membros, como, por exemplo, os médicos. Não é expectável, da parte da CIM, que coloquem um médico a exercer essas funções pois estes ocupam outros lugares. O que lhes interessa, enquanto CIM, é alguém com capacidade de trabalho, interligação entre Conselho de Administração e Presidentes de Câmara Municipal e, portanto, não tece comentários sobre a CRESAP. Informou que a CRESAP não deu parecer favorável à CIM OESTE nem a outras CIM's. Alegou que este chumbo coloca em causa algo muito valioso: a autonomia do poder local. Questionou como é que um conjunto de municípios decidem propor um nome e esse nome não é respeitado. Isto tem de ser

Barbara
Lima

discutido e a associação de municípios está atenta a esta situação. Interrogou, ainda, como é que uma qualquer entidade em Lisboa coloca em causa aquilo que é a decisão de dez municípios. Perante isto, dirigindo-se ao senhor deputado, disse-lhe que o que está a tentar fazer é esperar pela reviravolta, pois o Conselho de Administração tem sete meses e está a fazer um bom trabalho, está a pôr a casa arrumada, tem visão para o futuro, procura investimento para o hospital de Viana do Castelo e Ponte de Lima, para os Centros de Saúde e também nós, em Melgaço. Teremos assim condições no concelho para fazer esse investimento e para sermos atrativos para médicos que queiram trabalhar cá, uma vez que o nosso Centro de Saúde está velho e tecnologicamente ultrapassado. Disse que este PSD tem vontade de limpar à vassourada tudo aquilo que existe e vai nos próximos dias ou semanas, fazer uma limpeza no Conselho de Administração. Espera pela renomeação de gente para a CIM, para se voltar a pronunciar.

No que diz respeito à matéria dos transportes escolares, defendeu que têm feito um trabalho muito bom ao longo dos anos. Nunca no Município de Melgaço houve problemas com os transportes públicos. O seu executivo sempre achou que deviam fazer esta contratualização com a União de Juntas de Chaviães e Paços e Junta de Freguesia de São Paio e continuam a fazer este trabalho com eles, não querendo mexer naquilo que funciona bem e também não acrescentam despesa com esta forma de trabalhar. A idade até à qual se permite a utilização dos veículo é dezasseis anos e não quinze. A verdade é que a junta usou uma licença que está válida e é com base nessa licença passada pela autoridade de transportes que a Câmara trabalha. Declarou que têm todo o respeito pelas entidades privadas e que procuram trabalhar com eles todos os anos, mas também com as juntas de freguesia.

No que concerne ao tema trazido pelo senhor deputado Joaquim Silva, replicou que não vai repetir os dados fornecidos pelo mesmo. Constatou que temos dados bons no ensino superior, no ensino profissional e no ensino regular. Salientou o ótimo percurso do IPVC: um percurso notável, com qualidade na investigação e isso tem feito com que a escola seja altamente procurada. Num regime de concorrência, tivemos oportunidade de dar nota pela falta de coordenação da tutela ao criar uma escola de desporto em Guimarães, mas o trabalho desenvolvido pela escola de Melgaço é notável. O último aluno colocado, entrou com nota superior a

Bárbara
Uma


treze valores. Acrescentou que temos as nossas residências a funcionar: a nova, em Prado, está cheia e a Pousada da Juventude está a funcionar mas, não está nas melhores condições. Deu nota de que temos agora condições para fazer um investimento grande na sua requalificação, uma vez que a Pousada já foi criada em 2002. Vão fazer esse investimento de renovação completa através do PRR.

Quanto ao assunto exposto pelo senhor deputado Manuel Luís, felicitou os investidores de Monção e os de Melgaço que construíram o Coca pois criou um número relevante de empregos, É importante do ponto de vista da concorrência e, assim, os preços baixaram noutras superfícies do mesmo tipo. Disse estarem expectáveis quanto à abertura do Continente, pois trará novos públicos a Melgaço. Aditou que isso trará mais dinamismo, mais postos de trabalho e uma nova economia a ser gerada no concelho. Inteirou a assembleia de que sabe que já esteve agendada uma escritura de todos os terrenos no mês passado, mas um dos proprietários do terreno teve problemas com os documentos e, a doze de setembro, ainda não tinham o problema resolvido. A três de outubro, haverá nova escritura. Quanto à rotunda, têm tratado com a I.P (Infraestruturas de Portugal), onde ficou acordado que o município faria o projeto e a I.P a obra. Advertiu que existem algumas questões, na especialidade, para serem aprovadas e assim poderem fazer a rotunda. Trouxe um contrato para ser assinado, que é o contrato de gestão com a I.P, para que esta assuma aquilo que foi acordado.

Acerca das ETAR's, começou por dizer que tem conhecimento de acusações sobre o que fazemos em relação ao tratamento de águas residuais. Uma pessoa residente em Monção, tirou fotografias, colocou-as nas redes sociais e, posteriormente, acusa-nos de que somos altamente poluidores do Rio Mouro. Afirmou que há pouco tempo surgiram novas fotografias e, por isso, trouxe um PowerPoint para esclarecer de forma cabal, os senhores deputados quanto à questão da poluição do Rio Mouro. Deu início à apresentação do PowerPoint e começou por mostrar umas fotografias que foram publicadas em 2022. As fotografias faziam referência a um espaço em Monção, na Sr.ª do Rio, e explicou que acusaram o nosso município de ser o causador dessa poluição. Prosseguiu a sua explicação e informou que temos ETAR's em Lamas de Mouro, Parada do Monte, Couso, Cubalhão e na Cela. No minuto a seguir à publicação

Barbara
Lima

Dis V

dessas fotografias, a Câmara também fez o seu trabalho e, nesse seguimento, mostrou fotografias tiradas pelos funcionários camarários, onde se viam as descargas feitas pela ETAR da Gave e a água que é entregue ao Rio Mouro. Concluiu que a poluição, naquele espaço em Monção, não tem a ver com a água que é entregue pela nossa ETAR no Rio Mouro. Depois, deu nota sobre os boletins de análise daquilo que são as nossas águas. Começando por Lamas de Mouro, em 2022 foram realizadas 56 recolhas para análise e houve 0 incumprimentos; em 2023 foram realizadas 54 recolhas e houve 0 incumprimentos; em 2024 temos, até à data, realizadas 36 recolhas e houve 1 incumprimento. Passou para Cubalhão e verificou-se que em 2022 foram realizadas 56 recolhas, havendo 1 incumprimento; em 2023 foram realizadas 54 recolhas não havendo incumprimentos e, em 2024, realizaram-se 36 recolhas e também não se verificou nenhum incumprimento. De seguida, analisou o boletim de Parada do Monte. Em 2022, 2023 e 2024 verificou-se 1 incumprimento. Em Couso, houve 1 incumprimento em 2022 e em 2024, o que se verificou, de igual forma, relativamente ao boletim de análises da Cela. Quanto à Gave, apenas teve 1 incumprimento em 2023. Para terminar a análise de boletins, finalizou com Virtelo, em que apenas em 2024 se verificam incumprimentos. Em 36 recolhas houve 2 incumprimentos: um relativo ao parâmetro do PH da água e outro aos SST- sólidos suspensos totais. Continuou a sua apresentação e mostrou duas fotografias de setembro, da poluição em Monção. Partilhou que a pessoa em causa veio ao nosso território tirar fotografias ao nosso rio, na ponte da Cela, e que as mostrou como foco de contaminação. O senhor Presidente esclareceu que a suposta contaminação é espuma criada pela água que entra das valetas e que são entregues ao rio. Como choveu imenso naqueles dias, é normal haver essa espuma. De seguida, mostrou uma foto do Peso e adiantou que neste sítio não há ETAR e pediu para os senhores deputados repararem como há espuma, o que se afigura normal pelas chuvas. No slide seguinte, foram apresentadas duas fotografias da ponte da Cela, uma tirada no dia 26 de setembro e outra tirada no dia 27 do mesmo mês. Na fotografia de dia 26 de setembro foi possível ver novamente espuma pela chegada da água residual e na fotografia de dia 27 de setembro viu-se que o rio estava limpo. Relativamente à fotografia que a pessoa pôs no Facebook, em Parada do Monte, o que acontece é que essas fotografias mostram o sítio da entrada das águas para serem tratadas. O

Barbara
Lima

senhor Presidente da Câmara, apontando para a fotografia, explanou que temos grades e a poluição nas grades é sinal que a filtração está a acontecer. Quando os resíduos, estes entram mas as grades filtram os sólidos. Posteriormente, os sólidos são limpos pelos serviços, mas é uma coisa normalíssima. Depois mostrou a Etar a fazer a entrega da água completamente limpa.

O Senhor Presidente da Câmara contou que ontem houve uma visita de agentes do SPNA à ETAR, acompanhados pelo Engenheiro Humberto. Estranhamente, apareceu uma chefe de divisão do Município de Monção e o Presidente da Junta de Freguesia de Tangil e tiveram toda oportunidade de perceber que a Etar de Parada do Monte funciona de forma imaculada. Esta resolve os problemas e entrega água de grande qualidade. Defendeu que não está para ser atacado com este assunto mas poderia fazer um mapa com as Etar's de Melgaço e do outro lado, em Monção, não teríamos nada para desenhar. Pediu para não atacarem um município que cumpre e funciona bem nesta área. Desabafou que está cansado desse assunto e os serviços não têm que estar sujeitos a isto, a esta acusação permanente. Às vezes, ao ver isto sistematicamente nas redes sociais, as pessoas tendem a acreditar que é verdade. Estão tão empenhados em desmistificar este assunto que pediu aos serviços para fazerem um estudo académico mais sério sobre a qualidade da água do Rio Mouro e perceber se realmente há algum problema para ser resolvido. Afirmou que não podem compactuar com estas coisas que aparecem nas redes sociais.

No seguimento da resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções no período de "Antes da Ordem do Dia" pediu novamente a palavra o deputado José Albano Domingues, solicitando lhe fossem concedidos dois minutos para responder. Principiou por pedir desculpas por, na sua anterior intervenção, por lapso de que se penitenciou se ter esquecido de apresentar cumprimentos às senhoras e senhores deputados municipais, o que fez nesse momento.

Por reporte ao declarado pelo chefe do Executivo, quanto às acusações de descargas poluentes no Rio Mouro, alegadamente feitas pelas ETAR,s de Melgaço, o deputado José Albano afirmou que também não lhe agrada que sejamos acusados de algo tão grave, mas questionando o que é que o Executivo que aquele lidera tem feito a esse nível. Perguntou se não há entidades que possam ser chamadas ao terreno, que façam monitorizações com regularidade, quer do funcionamento das

Barbara
Lima

ETAR,s quer das descargas, e que elaborem um relatório com as conclusões tiradas. Sugeri ainda, porque “quem não deve não teme”, que a Câmara Municipal apresente aos senhores Vereadores, ou traga à Assembleia Municipal, os autos de ocorrência lavrados pelo órgão de polícia criminal SEPNA.

No respeitante à rotunda a construir no entroncamento junto ao “Coca Hipermercados” o deputado José Albano lembrou que se trata de uma reivindicação dos vereadores e deputados do PSD desde há mais de dez anos a esta parte, tendo tal obra estado já inscrita nas propostas da candidata a liderar a Junta de Freguesia de Prado e Remoães nas eleições autárquicas de 2017. Afirmou, também, de todo concordarem com o investimento privado no concelho, mas que este tem de ser acompanhado pelo investimento público, seja da Autarquia local seja da Infraestruturas de Portugal, I.P.

No que concerne aos problemas com o ruído produzido pelo Bar Alameda lembrou ao senhor Presidente da Câmara que, contrariamente ao que este havia afirmado, na sua intervenção não havia referido que os problemas se resumiam às datas das festas mas antes e também aos fins de semana, ao longo do ano, e mesmo durante alguns dos dias da semana.

Com relação à saúde realçou que o que os preocupa é a falta da representação das populações em sede própria, que o “braço de ferro” entre a CIM e a CReSAP, quanto ao concreto nome indicado para vogal, de nada nos serve, se o senhor Presidente da Câmara entende que um tal órgão não faz devidamente o seu trabalho, ou não integra as pessoas certas, se pugna pela extinção da entidade e que, a partir daí, a indicação da CIM se torne vinculativa, sem triagem nem escrutínio do perfil do candidato, perguntando ainda se, acaso o Conselho de Administração da ULSAM venha a mudar, a indicação do nome do Tiago Saleiro se vai manter.

Quanto aos transportes escolares, e por o senhor Presidente da Câmara ter afirmado que nunca houve problemas, o deputado José Albano Domingues perguntou-lhe se é ou não verdade que já houve impugnações de concursos e se por essa razão a Câmara Municipal de Melgaço não teve já que pagar indemnizações aos concorrentes. Perguntou-lhe, também, por o chefe do executivo ter dito que achava estranho falarem no caso da Junta de Freguesia de São Paio, se

Barbara Lima



lhes podia garantir que a carrinha usada pela Junta de Freguesia nos transportes satisfaz, presentemente, as exigências legais para operar nos transportes, questionando ainda o presidente da Câmara se acha despidendo desacautelarem-se as condições de comodidade e segurança nos transportes.

Em relação a São Paio, o senhor o Presidente respondeu que a Junta de Freguesia executou o transporte com base numa licença válida. Do restante, disse que foi apenas paga uma compensação num processo judicial.

Ainda no seguimento de nova resposta do senhor Presidente da Câmara de Melgaço quanto à carrinha com que a Junta de São Paio opera os transportes, tendo aquele afirmado que existe um documento que lhes permite a sua utilização para esse fim, o deputado José Albano pediu novamente a palavra para questionar, concretamente, se a idade daquela viatura responde atualmente às exigências legais para o transporte das crianças no âmbito escolar, tendo-se o senhor Presidente da Câmara limitado a reiterar a existência do aludido documento.

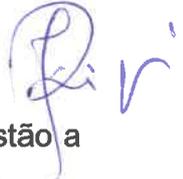
Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

Neste ponto da ordem do dia não houve pedidos de intervenção

Assunto n.º3	Análise e deliberação do contrato interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências no âmbito do Serviço Público de Transportes de Passageiros.
---------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que este fizesse uma abordagem ao ponto, antes de o colocar à discussão.

O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dizendo que é de conhecimento de todos que a CIM trabalha esta questão do transporte internacional para todo o Alto Minho. O primeiro concurso foi feito em 2023 e foi anulado porque o concorrente vencedor não cumpria tudo aquilo que estava exigido e, de seguida, foi lançado outro concurso, ainda em 2023, que teve uma entidade vencedora- a ALSA-

Barbara
Lima

e, no momento de assinar, não o fez desistindo da operação. Anunciou que estão a preparar outro concurso. O que está em causa na preparação do mesmo é uma alteração do paradigma que existia até agora e está em anexo o contrato de competências, em 2028. O concurso era único e a contratação era feita município a município. Explicou que as empresas não consideram isso apetecível e, por isso, vão afinar o paradigma, estão a passar a delegação de competências para a CIM para esta ser a única a contratualizar com a empresa. Esta é uma das alterações e esperam ainda em outubro arrancar com o concurso.

Neste ponto da ordem de trabalhos, o senhor deputado José Albano Domingues pediu a palavra apenas para acusar que nos “Considerandos” introdutórios do assunto, na parte dos “Anexos”, se referenciava a modificação do contrato, contrato que se tinha celebrado, salvo erro, no ano de 2018, quando o que se está a discutir e se irá deliberar é, antes, a celebração de um contrato novo.

De seguida, a senhora Presidente da Assembleia levou a proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto n.º4	Análise e Deliberação da Alteração do Mapa de Pessoal
---------------------	--

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto à Assembleia.

Explicou que os serviços detetaram uma necessidade de reforçar a equipa de engenharia civil. Mediante o trabalho imenso que têm tido pela frente, querem fazer esta alteração e incorporar esse lugar.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Bárbara
Lima

Assunto n.º5	Análise e deliberação da alteração dos estatutos da Empresa Municipal Quintas de Melgaço.
--------------	--

A senhora Presidente da mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para desenvolver este ponto da ordem de trabalhos.

O senhor Presidente da Câmara começou por explicar que aprovaram um alargamento de capital em 100.000 ações e houve um recuo da Câmara Municipal, em termos de capital. Esse alargamento de capital foi estabelecido em duas fases: uma primeira, até 15 setembro e uma segunda, depois de 15 de setembro até dezembro, para acionistas e não acionistas. Os acionistas subscreveram a totalidade desse alargamento de capital. A Câmara Municipal ficará com 49 por cento de capital e a empresa terá mais agilidade para fazer negócio. Como resultado, teve alteração o capital da empresa: de 352 mil euros passou agora para 452.750 euros.

Neste ponto da ordem do dia, pediu palavra o senhor deputado Francisco Reis Lima. Começou por endereçar cumprimentos à mesa, ao senhor Presidente da Câmara e respetivo executivo, aos colegas deputados e ao público presente.

A sua intervenção prendeu-se com uma análise dos estatutos da Quintas de Melgaço, feita pelo próprio. Assim, relativamente ao artigo 5.º, o senhor deputado defendeu que a possibilidade de aumento de capital até € 2.500.000 por mera decisão de administração parece ser excessiva, o que pode significar mais do que quintuplicar o capital social sem ouvir os sócios. O art.º 456.º CSC estabelece o prazo máximo para esta prerrogativa em 5 anos, pelo que eventualmente esta prerrogativa já caducou, mas tem dúvidas se não é renovada com cada aumento.

Passou para o artigo 6.º e afirmou que a possibilidade de amortização de ações pode implicar um prejuízo ao património do acionista, em momento em que ele se encontre em dificuldades financeiras. Saltou para o artigo 9.º, que deveria ser sucessivo ao 5.º, sendo que em parte o repete quanto à definição das condições do aumento pelo CA e é, portanto, redundante. De seguida, analisou o artigo 10.º e declarou que não fazia sentido a menção a um Presidente do CA, um administrador-delegado e um vogal. A designação para ambos devia ser de vogais, até porque vê difícil ter um administrador-delegado quando a vinculação da sociedade exige assinatura de dois administradores. Quanto ao artigo 11.º n.º 2 e 12.º n.º 2 constatou

Barbosa
Lima



que os mesmos são incompatíveis. Questionou se afinal são necessários dois administradores ou para certos atos pode ser apenas um. Isto afigura-se-lhe duvidoso, pelo menos, no caso de movimentação das contas bancárias. Passou para o artigo 17.º n.º 3 e disse que esta é uma norma criticável por eventual falta de transparência. Se o administrador for remunerado, tem descontos obrigatórios para a Seg. Social e beneficiará da respetiva pensão de reforma. Rematou que isto poderá ser visto como um benefício adicional e pouco transparente aos administradores. Avançou para a análise do artigo 18.º n.º 2, onde reparou que existe um erro de terminologia – não é o “exercício dos mandatos” a que é dispensada a caução. Pelo artigo 396.º do CSC “a responsabilidade de cada administrador deve ser caucionada” e a redação deveria estar no sentido de ser admitida deliberação de sua dispensa no ato de eleição. Concluiu com a análise do artigo 18.º n.º 3, declarando que não se percebe a referência à convocação de todos os órgãos com 8 dias de antecedência, pois as AG têm regras específicas que não podem ser ultrapassadas e o ROC, sendo fiscal único, não tem reuniões. Finalizou a sua intervenção dizendo que parece que o único efeito é tornar burocrática a reunião do CA. Mais útil seria permitir a substituição das cartas registadas por meios eletrónicos, o que é hoje permitido pelo 377.º n.º 3 do CS.

Pediu também palavra o senhor deputado José Albano Domingues. Primeiramente, referiu que neste assunto em concreto estão a discutir a alteração das normas e estatutos e que, dado o exposto pelo senhor deputado Francisco Reis Lima, não seria fora de contexto estudar essas alterações para, na próxima assembleia, fazer corresponder as alterações com aquilo que é o texto legal.

Focou-se agora naquilo que é a sua intervenção, tendo a mesma um contexto diferente da intervenção do senhor deputado Francisco Reis Lima. O deputado José Abano Domingues lembrou que os eleitos do PPD/PSD vêm, desde há mais de dez anos a esta parte, a reivindicar a entrega da gestão da adega aos vicultores, à custa do cujo cadastro nasceu, assim como a diminuição da participação societária do Município na Quintas de Melgaço, S.A. Referiu, já naquela sede, terem defendido, inclusive um ano antes, na Assembleia Municipal descentralizada que teve lugar em setembro de 2023, em Penso, que em ordem a poder desenvolver a sua atividade, acompanhar o que de melhor se vai fazendo

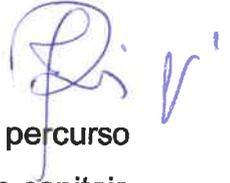
Barbara
Lima

nesta área e a não perder o comboio da modernidade, a Adega tem de crescer e de se reinventar, tendo, de resto, premente necessidade de obras de conservação e de aumentar o espaço disponível para o armazenamento, para o que se torna imperioso haver investimento, o que o Município não tem sido capaz de acompanhar. Prosseguiu dizendo que, como é sabido, para a adega se poder candidatar a fundos comunitários, levar avante os projetos e realizar as obras de que carece, o Município não pode ter uma posição de mais de 24,99% na estrutura acionista da Quintas de Melgaço. Afirmou terem ficado muito satisfeitos com a concretização do aumento de capital, no valor de 100.000,00 euros, com 100.000 novas ações, inteiramente subscrito pelos acionistas privados, tomando o Município minoritário, mas que tal não chega, importando que se leve a cabo uma nova operação de aumento de capital, nos mesmos moldes, de forma a que a participação do Município, que ainda ronda cerca de 49%, seja reduzida para menos de 25%. O senhor deputado finalizou a sua intervenção referindo que tal contribuirá para potenciar o investimento, crescimento e desenvolvimento da Adega, aportando sinergias e mais-valias aos produtores e acionistas e contribuindo para a projeção deste território, umbilicalmente ligado à produção de vinhos de grande qualidade.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara falou da importância da Adega. A mesma tem feito um percurso interessante e é verdade que ela precisa de investimento, mas também é verdade que tem tido capacidade de produzir grandes vinhos, uma imagem inovadora, fresca e moderna e tem tido a capacidade de posicionar os seus vinhos nos vários mercados. Complementou que a Adega tem ambição e que já nos apresentou um projeto de requalificação e ampliação de grande monta, o que trará uma outra imagem e dinâmica. Essa ambição existe e prova disso é que já comprou um terreno para fazer investimento de matéria prima para embalagem e produto acabado. Está a fazer um percurso bom e é desejável que tenha condições para o fazer.

Relativamente à questão dos estatutos, agradeceu ao senhor deputado Francisco Reis Lima por trazer esses contributos e solicitou que, se possível, lhe fizesse chegar essas notas. Explicou que é ambição fazer uma revisão dos estatutos e que a mesma será o passo seguinte. Finalizou dizendo que depois da consolidação do alargamento do capital, poderemos vir a pensar mais alto.

Ainda neste ponto da ordem do dia, pediu para intervir o deputado Manuel

Barbosa
Lima

Rodrigues que, concordando com o presidente no que diz respeito ao bom percurso da Adegas, considerando as limitações que tem, questionou se a Adegas tem capitais próprios para fazer a ampliação que o Senhor Presidente da Câmara mencionou. Comunicou que esse excelente percurso que a Adegas tem e que admira, seria ainda melhor se tivesse oportunidade de concorrer a fundos comunitários. Indicou que este aumento de capital não resolve o problema de fundo, que é recorrer a fundos comunitários.

Em resposta, o senhor Presidente disse que a capacidade de gestão será outra a partir do momento em que se consolide o aumento do capital. Condições de investimento neste momento, são algo reduzidas, dependendo apenas do capital próprio, pois não é possível candidatarem-se a fundos comunitários.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por unanimidade. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e deliberação da alteração da revisão orçamental nº 4, de 2024
---------------------	---

O Senhor Presidente da Câmara começou por anunciar que temos condições para lançar a obra do Centro de Saúde, que é urgente, mas depois da revisão do projeto inicial, deu conta de que precisamos de mais 200.000€ para poder pôr a concurso esta obra. Informou que os 200.000€ se colocarão no orçamento para 2026, já que é uma obra para 2025-2026 e que somos capazes de ser financiados pelo PRR. Contudo, explicou que para abrir o procedimento é necessário proceder à alteração para garantir o valor total na rúbrica.

Neste ponto da ordem do dia, o deputado José Albano expressou, em ordem a justificar, segundo declarou, o sentido de voto que iriam adotar, que não estavam contra as obras inscritas na revisão, fossem as referentes ao Centro de Saúde de Melgaço, fossem as relativas às vias rodoviárias, discordando apenas do instrumento utilizado bem como do seu *timing*, e tal porquanto a obra do Centro de

Baixar
uma

Saúde, juntamente com a da reabilitação de um prédio para constituição de nove fogos destinados à habitação, já antes tinham vindo à assembleia municipal, de junho de 2024, e que, com o devido planeamento e organização, poderia perfeitamente ter sido enquadrada nessa revisão orçamental nº 3.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

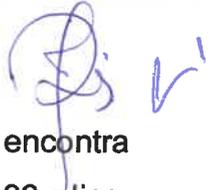
Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Análise sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 30 de junho de 2024
---------------------	---

Neste ponto da ordem do dia, pediu palavra o senhor deputado Pedro Silva. Deu início à sua intervenção dizendo que este relatório pode, para o bem ou para o mal, ter em si uma influência sazonal, como todos sabemos. No entanto, este mostra uma fotografia à data, mas também as tendências que irão marcar as contas até final do ano.

Deu nota de que há nestas contas alguns sinais preocupantes que se materializam da seguinte forma: 1) refere o relatório um aumento de 910 mil euros nos gastos de pessoal, como é possível verificar na página 10, linha 11; 2) referiu que esta é uma marca e uma tendência que se mantém ano após ano; 3) verificou que se nota no relatório que a dado momento ocorreram dificuldades a nível de tesouraria, o que levou a terem que esgotar o plafond de 700 mil euros da conta caucionada; 4) cada melgacense deve agora 1352 euros, um aumento de 100 euros relativamente a junho de 2023; 5) os resultados de exploração passaram de positivos em Junho de 2022, para dois anos sucessivos negativos; 6) a execução orçamental do lado da despesa de capital continua a ser “anorética”: raramente passa dos 35% de execução- há muita obra anunciada e pouca concretização. Há um aumento de 8% nas despesas correntes e uma diminuição de 29% nas despesas de investimento; 7) o Revisor anota ainda no relatório o pedido para se ter cuidado com a Regra de

Barbara Lima



Execução Orçamental que pode vir a ser violada, dado o desequilíbrio que encontra nas contas; 8) O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 93 dias. Em suma, ano após ano, a situação é a mesma. Temos uma despesa corrente a crescer a um nível galopante e exponencial, pouco investimento executado e um aumento e crescimento do passivo, sem que tal represente um esforço de investimento em projetos que alavanquem o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes.

O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e dando umas notas em relação à questão do pessoal. Estava previsto em orçamento o aumento dos custos do pessoal, uma vez que tivemos o aumento do salário mínimo em todas as carreiras, o que se consubstancia num aumento de despesa.

Quanto ao facto de a dívida por habitante ter aumentado em relação ao ano passado, esse aumento é normal, uma vez que só uma obra custa 13 milhões de euros e serão lançadas mais obras, como é o caso do Centro de Saúde e da Pousada da Juventude. Afirmou ser verdade que no exercício do primeiro semestre, em capital está uma fatura de 7 milhões da ZEA em dívida, uma vez que apenas foi paga em julho. Se retiramos estes sete milhões à dívida, o valor da mesma por habitante seria inferior ao do ano transato. Dado o exposto, questionou se não será um investimento de grande vulto todo este trabalho que estão a fazer na área da energia.

O facto de se ter feito a integração de todo um conjunto de ativos no património é algo que se vai refletir ao longo dos próximos anos nas contas do Município. Trata-se de um procedimento contabilístico adequado e recomendado pelos revisores de contas.

Assunto n.º8	Intervenção do público
---------------------	-------------------------------

Não houve pedidos de intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 12:30 min, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Bárbara Lima

1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Bárbara Lima

António Nabeiro

António Nabeiro

2.º Secretário da Mesa da Assembleia

Voto de Pesar

O município de Melgaço viveu um momento dramático na noite de dia 14 de julho de 2024 quando seis jovens melgacenses sofreram um violento acidente em Lamas de Mouro do qual resultou o falecimento da Rita Marques Afonso, do Cláudio Marques da Silva, do Gabriel António Cardoso Garelha e da Sara Ribeiro Sérvio Esteves. Todos ficamos em choque e incrédulos com esta triste notícia.

Nesse mesmo dia, 14 de julho, em memória das vítimas, foi colocada a bandeira municipal a meia haste e, por despacho do Presidente da Câmara, foi decretado o dia 15 de julho como dia de luto municipal.

O falecimento precoce destes jovens deixa um vazio irreparável e um sentimento de injustiça e de impotência em todos nós.

Eram jovens que com o seu brilho, alegria e vitalidade, deixaram uma marca indelével em muitos de nós. Eram sonhos em formação, repletos de potencial e promessas de futuro.

Neste momento de tristeza, estamos unidos em solidariedade e apoio às famílias, amigos e a todos que tiveram o privilégio de os conhecer. As nossas palavras parecem insuficientes diante da magnitude desta perda.

Que a memória desses jovens permaneça viva em nossas lembranças, e que possamos honrá-los com a união e a força que eles sempre representaram.

Queremos prestar esta singela homenagem, apresentando aos familiares as mais sentidas condolências.

Por tudo isto, a Mesa da Assembleia Municipal propõe um voto de pesar e que seja guardado um minuto de silêncio.

28 de setembro de 2024

A Presidente da Assembleia

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves



Voto de Pesar

No presente mês de agosto na Madeira e neste mês de setembro em Portugal Continental, os incêndios voltaram a assolar o nosso país.

O fogo lavrou em largas extensões de terreno florestal, mas também entrou em diversas povoações, destruindo dezenas de casas e empresas.

Lamentamos profundamente as nove vidas perdidas, destacando “os bombeiros João Silva, Sónia Melo, Paulo Santos e Susana Carvalho que morreram heroicamente enquanto combatiam os fogos. Lamentamos, ainda, os danos pessoais e patrimoniais causados pelos incêndios.

Agradecemos a todos os que se empenharam pessoalmente no combate às chamas: Proteção Civil, bombeiros, militares, entidades prestadoras de cuidados de saúde, autoridades locais e população, pelo extraordinário empenho em controlar a situação.

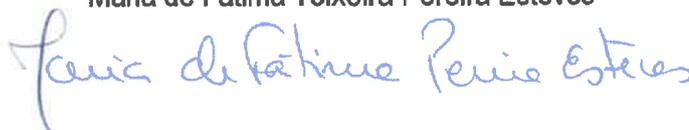
As nossas sentidas condolências às famílias e amigos das nove vítimas mortais.

Por tudo isto, a Mesa da Assembleia Municipal propões um voto de pesar e que seja guardado um minuto de silêncio.

28 de setembro de 2024

A Presidente da Assembleia

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves



VOTO DE PESAR DOS ELEITOS DO PPD/PSD NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Foi com profunda dor e consternação que a Comunidade Melgacense tomou conhecimento do trágico acidente que no dia 14 de julho do corrente ano 2024, em Lamas de Mouro, ceifou a vida a quatro jovens da nossa terra, a Rita Marques Afonso, o Cláudio Silva, a Sara Sérgio Esteves e o Gabriel Garelha.

Não há palavras que permitam descrever a intensidade de tamanha perda, nem descrever o sofrimento que esta tragédia causou em todos e cada um de nós.

Foi, nesse momento difícil, essencial que todos os membros desta comunidade se tivessem unido, solidarizando-se, partilhando a dor sentida pelos mais próximos e transmitindo uma palavra de apoio, de conforto e de coragem às famílias enlutadas.

A inesperada partida destes quatro jovens amigos, cheios de vida, de sonhos por realizar, com um futuro promissor pela frente, deixou um vazio inenarrável nas vidas de todos, com particular ênfase para os pais, irmãos, avós e familiares próximos, mas também nas dos amigos, vizinhos e em todos aqueles que os conheciam ou que um dia tiveram a sorte de com eles privar.

A Rita, o Cláudio, a Sara e o Gabriel eram jovens inspiradores, cheios de energia, plenos de esperança e angariadores de múltiplos planos para o futuro. A disposição e a alegria com que abraçavam a vida eram contagiantes, contribuindo decisivamente para que os dias de todos os que os rodeavam fossem mais felizes. Eram jovens ativos e participativos, que seriam, certamente também, uma mais-valia para este concelho, que tanto carece de jovens.

Foi uma tragédia sem memória no nosso concelho. Melgaço ficou de luto, ficou mais pobre, com a sua precoce partida. Não deixaremos, porém, que jamais pereçam, não os esqueceremos, mantendo-os vivos nas nossas memórias e no âmago dos nossos corações.

Os deputados da bancada do PSD lamentam profundamente estas enormes perdas e propõem que a Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento dos quatro jovens Melgacenses, a Rita Marques Afonso, o Cláudio Silva, a Sara Sérgio Esteves e o Gabriel Garelha, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Que este voto de pesar fique registado em ata, como singelo reconhecimento e homenagem a esses jovens que tão precocemente partiram; e,
3. Manifestar às famílias enlutadas as mais sentidas condolências, transmitindo-lhes este voto de pesar.

Melgaço, 28 de setembro de 2024.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.